



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PARECER FAVORÁVEL Nº 3245/2022**

**REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 1397/2022**

**RELATOR: JÚNIOR CORUJA**

**Ementa: ACRESCENTA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 5º DA LEI MUNICIPAL 6.930 DE 06 DE JANEIRO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**I- Relatório:**

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Júnior Paixão, que acrescenta o parágrafo único do Artigo 5º da Lei Municipal 6.930 de 06 de janeiro de 2012 e dá outras providências.

Preliminarmente, cumpre esclarecer as competências da Comissão de Finanças e Orçamentos:

**Art. 35.** Constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente:

**II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:**

- a)** aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual;
- b)** elaboração da redação final do Projeto de Lei Orçamentária;
- c)** exame e parecer sobre projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos adicionais e sobre as Contas apresentadas anualmente com o Parecer do Tribunal de Contas do Estado, coordenando as demais Comissões Permanentes, que funcionam como Subcomissões no exame dessas matérias;
- d)** tomada de Contas do Prefeito Municipal, na forma do inciso XI do art. 38 da Lei Orgânica do Município;
- e)** acompanhamento e fiscalização orçamentária diante de indícios de despesas não autorizadas, na forma do que consta do art. 124 da Constituição Estadual e seus parágrafos;
- f)** fixação de subsídio dos membros da Câmara Municipal, do Prefeito e Vice-Prefeito, na forma dos incisos V e VI do art. 29 da Constituição Federal, e observado o que dispõe o art. 128 deste regimento.
- g)** proposições que fixem ou reajustem os vencimentos do Funcionalismo da Prefeitura e da Câmara;
- h)** exame e emissão de parecer sobre todas as proposições que, direta ou indiretamente, representem mutação patrimonial do Município;

**II- Voto:**

O presente projeto de [Lei Nº 1397](#), acrescenta o parágrafo único do Artigo 5º da Lei Municipal 6.930 de 06 de janeiro de 2012 e dá outras providências

Art. 1º fica acrescido o parágrafo único ao artigo 5º da Lei Municipal 6.930 de 06/01/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

Parágrafo único após a data de protocolo do pedido de isenção e anexados os documentos comprobatórios exigidos, a secretaria de fazenda do município terá 90 (noventa) dias para deliberar sobre o pedido.”

Art. 2º Ficam inalteradas as demais disposições.

Segundo a justificativa do autor, não são poucos os cidadãos com direitos de isenção de cobrança do IPTU, garantidos pela Lei Municipal 6.930 de 06/01/2012, que após protocolarem o seu pedido e anexarem os documentos comprobatórios, esperam meses, até anos, para receber o benefício garantido em lei. Agora em fevereiro de 2022, recebeu uma cidadã que mostrou o protocolo de seu pedido, de 2019, e não havia sequer um andamento e não é possível que o cidadão demore tanto a receber esta isenção e esta Emenda Aditiva pretende corrigir esta situação, estabelecendo o prazo de deliberação.

Página: 1

### III – Parecer das Comissões:

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamentos o Vice-Presidente manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à tramitação deste Projeto de Lei.


Sala das Comissões em 15 de Dezembro de 2022



FRED PROCÓPIO  
Presidente



JÚNIOR CORUJA  
Vice - Presidente



JUNIOR PAIXÃO  
Vogal